

Dinheiro novo, só para a retomada

Os empresários só admitirão a necessidade de dinheiro novo se os recursos forem direcionados para investimentos produtivos que promovam a retomada do crescimento econômico. Recursos para gastar com os compromissos externos e juros são inúteis, segundo Sebastião Burbulhan, presidente do Sindicato da Indústria de Calçados. Ele tem uma dúvida neste caso: o dinheiro seria cash ou apenas gráfico para "tapar buraco"?

De acordo com o vice-presidente da Fiesp, Salvador Firace, não haveria necessidade de empréstimo de fora, se o governo estabelecesse uma fórmula de fortalecer o desconto de títulos de produção. Para isso, o compulsório dos bancos teria de ser reduzido — mediante aplicação nesses títulos, o que baixaria o preço dos produtos, que levam pesada carga financeira.

Outra forma de injetar dinheiro novo nos bens de produção, conforme Firace, seria através do estabelecimento de tributos ao mercado financeiro, que é o grande atrativo para as aplicações. Ao mesmo tempo, discorda da fórmula simplista do governo de tentar reduzir o déficit público por meio de aumento de impostos, o que considera um desestímulo ao crescimento. É preciso, em sua opinião, uma tributação com princípios humanos. "Deveria instituir-se no ICM um parágrafo que existe no IPI sobre o imposto seletivo, de acordo com

a essencialidade do produto", afirma Firace.

Burbulhan também considera a tributação excessiva: "Mais um confisco do que participação na renda". O ideal, segundo ele, seria permitir que as empresas se capitalizassem, sem precisar recorrer a bancos arcando com "juros irreais". Ele lembra que o verdadeiro mal do déficit público, como tem demonstrado a Fiesp, está nas despesas das estatais. "É preciso reduzir os custos", acrescenta ao alertar para a perda de credibilidade do governo adotando medidas como a do caso Sulbrasileiro. Esta é a mesma opinião de Firace, para quem nunca será resolvida a questão do déficit público sem redução de despesas das empresas estatais.

JUROS

O modo mais eficiente de conter o déficit público consiste na redução das taxas de juros. É esse o parecer da economista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Lídia Goldenstein. A seu ver, a obtenção de um declínio real dos juros domésticos só será possível mediante a adoção conjunta de um elenco de medidas, envolvendo alterações na taxação dos títulos, nos mecanismos da Resolução nº 432 e, sobretudo, com a aplicação de uma política monetária mais neutra.

Lídia Goldenstein sugere que o governo reduza o imposto sobre algumas aplicações financeiras, repassando-o

para os ganhos das pessoas físicas. No âmbito da Resolução 432, a economista propõe que as autoridades liberem esses recursos para a aplicação pelos bancos, a taxas inferiores às de mercado. Em seu entender, a sistemática de tentar cobrir o déficit público com emissão de títulos governamentais acaba por aumentar o déficit, na medida em que provoca elevação dos juros, da inflação e do passivo das estatais. Por esta razão, defende uma política monetária mais neutra, com controle monetário e um afrouxamento na liquidez da economia como um todo.

Para o economista Gilson Schwartz, além da redução dos juros, é necessária a reformulação do sistema financeiro nacional, a médio prazo, e a obtenção de condições mais flexíveis para a fase 3 de renegociação da dívida externa. "Só assim serão eliminadas as duas grandes fontes de pressão sobre o déficit público, interna e externa", sustenta. A nível de reformulação do sistema financeiro, o principal, disse, é restaurar o princípio do risco e, desdolarizar o passivo do sistema bancário, promovendo maior integração entre o sistema financeiro e o produtivo.